



# Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

2. <sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 063.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1988.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Mereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado e Valderi Mendes Vilela (35). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, José Alves, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Basílio Lamusso, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Pedro Tonelli, Sabino Campos e Werner Wanderer (19).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata e dos Termos de Ata das sessões anteriores, os quais são aprovados sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja

concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 207/88, oriundo da Mensagem Governamental nº 78/88.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) HOMERO OGUIDO

#### REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de profundo pesar pelo falecimento de Maria Inês Spper Faria, ocorrido em 24 de julho próximo passado no Município de Bandeirantes.

Maria Inês Spper Faria prestou relevantes serviços na área educacional ao Município de Bandeirantes atuando como professora, sendo uma personalidade marcante entre suas relações profissionais bem como a toda população bandeirantense.

Do presente, REQUER, dê-se conhecimento ao Senhor Osvaldo Faria e demais familiares à Rua Paraná 298, no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento de Arlete Aparecida Rolling, Dani Carlos Rolling e Gislaine Rolling, do Município de Lidianópolis; Maria Helena Fernandes, Benedito Pereira dos Santos, Anésia Oliveira Freire, Mônica e José de Souza de Ivaiporã; ocorrido no dia 17 de julho de 1988 no trágico acidente dos Ônibus da Viação Garcia na altura do quilômetro 245 da Rodovia Raposo Tavares, a 270 Km da Capital paulista.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas: José Bernardelli e Waldi Rolling (85. 826 - Lidianópolis) e à Senhora Maria das Dores Moreira Alves, Diretora da Rádio Ubá de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Vereador João Crisóstamo Desiró, ocorrido no dia 30 de junho de 1988.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à Senhora Selesia Rech Desiró, A/C da Câmara Municipal de Rio Bom, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Amaro Eduardo dos Santos, ocorrido no dia 03 de agosto do corrente ano, no Distrito de Angulo, Município de Iguaraçu.

O passamento do Senhor Amaro, veio consternar a todos, abrindo enorme lacuna no seio da família, bem como da sociedade local, tendo em vista tratar-se de pessoa que tinha facilidade em se comunicar e em fazer novas amizades, e também por ser pai de um grande líder político regional, o Senhor Jefferson Xavier dos Santos, ex-prefeito municipal.

O extinto deixa viúva a Senhora Joana Xavier Ferreira e oito filhos: Filomeno Xavier dos Santos, Dorça dos Santos Bueno, Pedro Xavier dos Santos, Antonia Xavier dos Santos, Jefferson Xavier dos Santos, Maria de Fátima Gomes, Benedito Valter dos Santos e Maria Lúcia dos Santos Ito.

REQUER, outrossim, que da manifestação deste Poder, seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa do seu filho Jefferson Xavier dos Santos, à Rua Melchiori Milani, em Iguaraçu-Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### REQUERIMENTO N° 080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Arcebispo de Ribeirão Preto (SP), Dom Romeu Alberti, em data de 06 de agosto de 1988.

REQUER, ainda que do presente se dê ciência à Cúria Diocesana de Apucarana e de Ribeirão Preto.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Dom Romeu Alberti nasceu em 21 de abril de 1927 em São Paulo e ordenado sacerdote aos 07 de outubro de 1951, em Roma. Em março de 1964, foi eleito Bispo titular de Belali e nomeado Bispo auxiliar

do Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Mota. Foi nomeado Bispo Diocesano de Apucarana, em 22 de fevereiro de 1965, tomando posse em 28 de março do mesmo ano, permanecendo até 22 de outubro de 1983, quando foi nomeado Arcebispo de Ribeirão Preto.

Nos dezoito anos, frente da Diocese de Apucarana, Dom ROMEU ALBERTI primou pela valorização do leigo, restaurando o diaconato permanente, seguindo as diretrizes do Concílio Ecumênico Vaticano II. Presidiu o setor de Pastoral da Comunicação da CNBB e cinco encontros latino-americanos de rádio e televisão. Quando assumiu a Arquidiocese de Ribeirão Preto, procurou seguir os mesmos caminhos, entusiasmando os leigos a participarem mais ativamente da vida da comunidade em que vivia.

#### REQUERIMENTO N° 083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de pesar pelo passamento do Senhor Geraldo Batista Chaves, ocorrido em Rondônia, no dia 08 p.p.

Sala das Sessões, em 09.08.88

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Geraldo Batista Chaves, político eminente do Município de Vera Cruz d'Oeste, foi Prefeito do Município de Céu Azul, quando Vera Cruz d'Oeste era Distrito.

Partiu para Rondônia, onde fixou residência, vindo a falecer na madrugada do dia de ontem, deixando saudades naqueles que o conheceram.

Solicitamos, ainda, que seja enviado cópia deste requerimento à Câmara Municipal de Vera Cruz d'Oeste, na pessoa de seu Presidente.

#### REQUERIMENTO N° 092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata, dos trabalhos deste Poder, de Voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Monteiro Alfano.

Havendo falecido aos 103 anos de idade, D. Maria Monteiro Alfano, guardou em toda a sua vida, apenas amizades, considerações e respeito.

Querida por toda a comunidade como um exemplo de bondade, trabalho e amor à vida, D. Maria Alfano, ao falecer, abre uma lacuna na vida comunitária da Vila Oficinas.

Ao descansar merecido da Matriarca, recebe a família enlutada nosso mais sincero e profundo voto de pesar.

Da decisão, dê-se ciência à família enlutada, à Rua Engenheiro Costa Barros, 909, Vilas Oficinas.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 061

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à tradicional Firma Berneck S.A.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos Senhores: Bernardo Von Muller Berneck e Gilson Berneck, para que recebam e transmitam aos demais colaboradores da firma, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Havia tempos em que era possível começar do nada e criar um grande negócio industrial. E havia gente de fibra que podia começar até duas ou três vezes, se necessário fosse. Bernardo Von Muller Berneck é um exemplo disso. Grande exemplo para estes tempos em que precisamos muito olhar para o passado para enfrentar o futuro. Ele começou do nada, na Região de União da Vitória, montou um bem sucedido projeto madeireiro. Sua serraria e madeireira foram consumidas pelo fogo; recomeçou tudo, sofreu um novo incêndio, mas continuou.

Hoje, a Berneck (agora com sede em Curitiba) é um dos mais importantes grupos industriais brasileiros e experimenta uma fase de crescimento extraordinário. Está ampliando sua indústria de aglomerado com a implantação da unidade II de sua fábrica em Araucária, triplicando a produção de 5 para 15 mil metros cúbicos/mês. Amplia também a oferta de empregos, que deve passar dos atuais 2 mil empregados para cerca de 2.500, além de aproximadamente 7 mil empregos indiretos. A Berneck tem hoje quatro unidades no Paraná, três no Mato Grosso, uma no Pará e outra em Rondônia.

Agora, prestes a inaugurar e colocar em produção a sua nova unidade produtiva, é o momento de se prestar homenagem a essa empresa e de modo muito especial ao seu fundador, Bernardo Von Muller Berneck, pelo exemplo de trabalho, pela demonstração de fibra. O grupo empresarial, que é de capital genuinamente paranaense, atualmente é dirigido pelo filho de Bernardo, Gilson Berneck, Presidente da Empresa, herdeiro do mesmo tirocinio comercial e da mesma fibra empreendedora de seu pai timoneiro e verdadeiro capitão de indústria.

#### REQUERIMENTO N° 067

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER: Seja inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Nova América da Colina, ocorrido em 25 de julho próximo passado, desejando aquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios a de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, Requer, dê-se conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO N° 068

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Santo Antônio do Paraíso, ocorrido em 25 de julho próximo passado, desejando aquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios a de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, REQUER, dê-se conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO N° 075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações à nova Diretoria e ao Conselho fiscal para o biênio 88/90 da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná-ADEMI-Pr.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO N° 077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Otácito de Almeida Torres e Senhora Angela Cosmos Torres, sito à Rua Curupaitis, nº 928, Santa Quitéria- Curitiba-Pr, com votos de congratulações, pela educação e formação de seus cinco filhos: Doutor Reginaldo de Almeida Torres (Pediatra); Doutor Renato de Almeida Torres (Cardiologista); Doutor Rogério de Almeida Torres (Oftalmologista); Doutora Rosana de Almeida Torres (Ginecologista) e Doutor Rogil de Almeida Torres (Oftalmologista), todos ilustres médicos do nosso Estado.

Sala das Sessões, 09.08.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente expediente é apresentado, baseando-se em uma trajetória de muito amor e dedicação pelo Senhor Otácito e Senhora, na educação e formação de seus filhos, que hoje orgulham o nosso Estado como médicos e que lutam para o engrandecimento de uma melhor saúde à população.

Um marco que todos nós reverenciamos, ao prestarmos esta justa homenagem.

**REQUERIMENTO Nº 081**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações, à Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária-Núcleo de Guarapuava e à Associação Paranaense de Criadores de Ovinos- OVINOPAR, pela brilhante realização do IV Simpósio Paranaense de Ovinocultura, ocorrido de 20 a 22.07.88, em Guarapuava-PR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas: Dr. Ari Eduardo Stroher, Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, Av. Marechal Deodoro, 497- 9º andar, Curitiba-Paraná; Dr. Odorico Barbosa Moreno, Presidente da SPMV - Núcleo de Guarapuava; Dr. Luis Carlos Vieira Ribeiro, Presidente da OVINOPAR. Tais correspondências deverão ser enviadas aos cuidados do Dr. Ari Eduardo Stroher na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento- Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

**REQUERIMENTO Nº 087**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Prefeito de Kaloré, Sr. NOEL PEDRO RIBEIRO, congratulações pela passagem de an-

versário do Município, comemorado em 07 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

**REQUERIMENTO Nº 088**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Presidente da Câmara Municipal, Sr. JOAO LEME FILHO, e demais Vereadores com assento naquela Casa de Leis, envio de congratulações pela passagem de aniversário de Kaloré, comemorado em 07 de agosto do ano corrente.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

**REQUERIMENTO Nº 093**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos deste Poder, de Votos de Congratulações e Louvor, a Universidade Estadual de Maringá, por haver desenvolvido os estudos que viabilizaram a cultura do Steviosídeo em nosso Estado.

O Steviosídeo é um produto 100% natural e representa um verdadeiro marco no mercado de edulcorantes não-calóricos, cujas propriedades benéficas serão colocadas ao acesso de milhares de brasileiros.

Avanço indiscutível no setor dos adoçantes, a cultura da Stévia só foi alcançada, tendo em vista os esforços incansáveis e a dedicação plena do Departamento de Química da Universidade Estadual de Maringá, tanto na parte docente como na discente.

Que este nosso Voto represente o reconhecimento do Poder Legislativo do Paraná ao trabalho brilhante e sério da U.E.M., que ora vemos coroado de êxito.

Da decisão desta Casa, dê-se ciência à Universidade Estadual de Maringá, à Secretaria de Estado da Educação e ao Ministério de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO Nº 094**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o Douto Plenário a formulação de Votos de Congratulações a Inga Companhia de Desenvolvimento Industrial, pela construção e implantação da 1ª unidade

industrial do País, de extração do steviosídeo.

O steviosídeo é um produto 100% natural e representa um verdadeiro marco no mercado de edulcorantes não-colóricos, cujas propriedades benéficas serão colocadas ao acesso de milhares de brasileiros.

Avanço indiscutível no setor dos adoçantes, a cultura da stêvia só foi alcançada, tendo em vista os esforços incansáveis e a dedicação plena do Departamento de Química da Universidade Estadual de Maringá e o apoio integral e intransigente da Ingá Companhia de Desenvolvimento Industrial.

Queremos com este Voto, devotar nosso tributo de gratidão pela forma brilhante com a qual a UEM e a Ingá elevaram o nome do Estado do Paraná, em mais esse empreendimento.

Da decisão deste Poder, dê-se ciência à Diretoria da Ingá Companhia de Desenvolvimento Industrial.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 084

Senhor Presidente.

O Deputado Milton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Fernandes Dias, votos de louvor pelo significativo trabalho que vem realizando naquela Pasta, em especial pelo êxito alcançado no Programa de Implantação de Microbacias Hidrográficas, cujos resultados transcendem as fronteiras do Paraná, servindo de exemplo para adoção do mesmo pelo Ministério da Agricultura.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 085

Senhor Presidente.

O Deputado Milton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após a manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Vice Presidente de Operações do BANESTADO, Sr. Sérgio Miguel de Souza, votos de louvor pelo dinâmico e excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente daquele cargo, no atendimento da vasta clientela do referido estabelecimento de crédito, materializando no significativo crescimento do Banco do Estado na atual gestão.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 086

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Diretor Geral da Secretaria de Estado da Comunicação Social Sr. Ricardo Cansian, votos de louvor pelo competente trabalho que desenvolve frente aquele cargo, na resolução, acompanhamento, apoio e auxílio às necessidades dos órgãos informativos, imprensa em geral e meios de comunicação do Estado.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 079

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata voto de regozijo pela passagem do 15° ano de fundação do jornal "Umuarama Ilustrado".

Requer ainda, seja remetida cópia do mesmo ao Diretor Presidente do jornal, Sr. Ilídio Coelho Sobrinho, à Rua Antonio Ostrenski, 3954 - 87.500 - Umuarama-PR.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O jornal "Umuarama Ilustrado", sempre contribuiu nesses quinze anos de trabalho sério e dinâmico. Ao comemorar seus quinze anos de atividades, comprovados pela eficiência, dedicação e principalmente pela preocupação de levar ao conhecimento dos leitores os fatos que formam a história da região do Paraná e do Brasil.

Por este motivo, quero compartilhar pelos 15 anos de trabalho, a todos que formam a sua família, notadamente ao seu Diretor.

#### REQUERIMENTO N° 073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja marcada para o dia 24 de outubro de 1988, às 15:00 horas, a solenidade de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Imperator da Ordem Rosacruz - AMORC, Senhor Gary Lee Stewart.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o



envio de ofício ao Poder Judiciário, no sentido de que, na primeira oportunidade em que esse Poder encaminhar mensagem propondo projeto de lei, seja incluída, onde couber, alteração nas divisas de Comarcas, de tal forma que seja atendida a solicitação do Município de Nova Santa Rosa, que pretende pertencer à jurisdição da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

**JUSTIFICATIVA:**

Já há muito tempo a população de Nova Santa Rosa tem se expressado, através de inúmeras reivindicações e abaixo-assinados referendados por ampla parte de sua população, a sua vontade de pertencer à Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Infelizmente, todas as tentativas de emendas a projetos de Lei feitas por este Parlamentar para atender a reivindicação da comunidade de Nova Santa Rosa foram inibidas ou rejeitadas por dispositivo constitucional. Resta, agora, apenas o apelo ora feito ao próprio Poder Judiciário, no sentido de que corresponda à vontade da população de Nova Santa Rosa, a qual representa nesta Casa de Leis.

Advogar esta causa popular prende-se exclusivamente ao dever de Parlamentar representante do Município de Nova Santa Rosa, pois não tem este Parlamentar qualquer vínculo com cartórios e/ou cartorários, estando, conseqüentemente, imune a qualquer suspeita de estar advogando em causa própria.

**REQUERIMENTO Nº 091**

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício aos Srs. Governador do Estado, Alvaro Dias, Presidente Regional do SENAC, George Christofis, Presidente Nacional do SENAC, Antônio J. de Oliveira Santos e ao Sr. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, José Carlos Gomes de Carvalho.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NEREU MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA.**

A preocupação da Câmara Municipal de Dois Vizinhos é ver a comunidade laboriosa do Município poder contar com um Centro de Desenvolvimento Profissional do SENAC, para dar mais oportunidades com uma especialização profissional aos trabalhadores e outros benefícios que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial oferece e desenvolve em todo o território nacional.

Além de facilitar a entrada no mercado de trabalho com mão-de-obra especializada, condiciona meios para tentar outras oportunidades em outras áreas de trabalho.

A capacitação profissional com o apri-

moramento do SENAC oferece condições para o crescimento profissional e salarial, além do aperfeiçoamento contínuo aos seus alunos. O ensino profissionalizante, a recreação e outras atividades sociais fazem do SENAC a grande instituição que prepara a massa trabalhadora para o desenvolvimento do País.

Para que o Município de Dois Vizinhos possa desfrutar dessa oportunidade, é que requeremos a instalação de um Centro de Desenvolvimento Profissional do SENAC, que poderá se estender também a outras regiões vizinhas, com toda a gama de benefícios que o mesmo proporciona.

A garantia do ensino profissionalizante do SENAC dá maiores oportunidades aos que procuram ascender com eficiência suas aptidões, estendendo assim um futuro mais seguro.

Conseqüentemente, aprovado o presente requerimento embasado na vontade de assegurar aos trabalhadores da área do comércio e serviços afins, a oportunidade de aperfeiçoamento visionando mais tranqüilidade com garantia dos conhecimentos adquiridos por intermédio do Centro de Desenvolvimento Profissional do SENAC.

**REQUERIMENTO Nº 069**

Senhor Presidente.

Na tarde deste último sábado, dia 06.08, a Polícia Militar do Paraná, Batalhão de União da Vitória, executou violentamente o despejo de 150 famílias de agricultores sem-terra no Município de Bituruna-PR. A operação ali desenvolvida foi uma verdadeira operação de guerra, cujo saldo significou a hospitalização de trabalhadores, ferimentos em vários outros, inclusive uma criança baleada.

Diante do exposto, este Parlamentar, no desempenho de seu mandato popular, REQUER após manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Segurança do Estado do Paraná e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, solicitando providências urgentes no sentido de fazer cessar a ilegalidade e a violência cometida pela PM-PR, contra mais de 150 famílias de sem-terras no Município de Bituruna-PR, bem como apurar a responsabilidade pelo massacre.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) PEDRO TONELLI

**REQUERIMENTO Nº 090**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Il<sup>mo</sup> Sr. Dr. Fernando Xavier Ferreira, MD. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná

- TELEPAR, no sentido de determinar a instalação de um aparelho telefônico comunitário, que possibilite a ligação e recebimento de chamadas no Bar do Bolinha, sito à rua T, s/n, Parque das Jaboticabeiras, na cidade de Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.08.88

(a) ALEXANDRE CERANTO

**JUSTIFICATIVA:**

A instalação de um aparelho comunitário naquele local muito irá beneficiar os inúmeros moradores daquele conjunto, pois estes não dispõem de nenhum telefone público nas imediações.

**REQUERIMENTO N° 082**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, logo após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da carta enviada pelos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Francisco Beltrão, Palmas e Pato Branco, ao Governador do Estado, solicitando a criação da Universidade do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma justa reivindicação da comunidade do Sudoeste do Estado, que pretendemos registrar nos Anais desta Augusta Casa de Leis.

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI N° 226/88**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "Departamento Nacional Assistencial do Menor", de Serviço Social e Proteção ao Menor Carente, S.S.P.M.C. e Assistência Social ao Menor Carente, A.S.M.C., com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que por este projeto pretende-se seja declarada de Utilidade Pública Estadual, o "Departamento Nacional Assistencial ao Menor", de Serviço Social e Proteção do Menor Carente, S.S.P.M.C., e Assistência Social ao Menor Carente, A.S.M.C., tem sua sede e foro na Avenida Visconde de Guarapuava n. 2.435, centro, nesta Capital.

Foi fundada em 07 de dezembro de 1982, na Cidade de Porto Alegre-RS, posteriormente se estendendo por outras Capitais. Com grande desempenho vem prestando serviços de atendimento a pessoas carentes e

procurando cumprir da melhor forma possível os objetivos a que se propõe.

Sua atuação se destaca na atenção dispensada aos menores carentes (favelados) e abandonados (de rua) orientando-os e encaminhando-os para um futuro mais digno. Presta, ainda, apoio às pessoas carentes que necessitam de soluções para problemas urgentes relacionados com saúde, desemprego, orientação familiar, e outros. Neste aspecto, a entidade já atendeu a 2 mil e 500 famílias. Em função do nobre trabalho que vem desenvolvendo, é que a entidade necessita de maior apoio oficial.

Outrossim, a aprovação deste plano de Lei, além de reconhecer esta obra, virá estimular o seu aperfeiçoamento, resultando em maiores benefícios à coletividade.

**PROJETO DE LEI N° 227/88**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Loja Maçônica "Obreiros de Abatiá", com sede e foro na Cidade de Abatiá - Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

**PROJETO DE LEI N° 228/88**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa, fundada em 1° de março de 1986, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, é uma associação civil, sem fins lucrativos, tendo como finalidade instituir e coordenar amplo serviço de assistência cultural e social, aos portadores de defeitos físicos, proporcionando atividades recreativas e desportivas aos seus associados.

**PROJETO DE LEI N° 229/88**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche da Igreja Ambiental - CREIA, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

tiba-Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que este plano de lei pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando efetivos serviços no campo da assistência social. Destina-se a proporcionar gratuitamente, apoio, orientação e um local sadio para a permanência de crianças pobres, de zero a quatro anos de idade, proporcionando-lhes assistência material, cultural e espiritual.

Seus relevantes serviços já a credenciaram para a obtenção da declaração de Utilidade Pública Municipal, através da Lei Municipal nº 7057, de 21 de setembro de 1987.

A documentação que se anexa, encontra-se dentro das exigências da Lei nº 6994 de 1978, que disciplina a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta Augusta Casa.

**PROJETO DE LEI Nº 230/88**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Luterana de Assistência Social, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

Propor o reconhecimento oficial da "Utilidade Pública" da Fundação Luterana de Assistência Social é reconhecer o óbvio. Ligada à venerável Igreja regida pela Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, que tantos benefícios e tanta identidade tem trazido a esta Capital, a Associação é o prolongamento do trabalho da fé no campo das obras sociais, a confirmação do mandamento apostólico: "+ Vós sereis justificados pelas vossas boas obras... A fé sem obras é morta."

Em linguagem prática; isto é, em números modernos: a Associação mantém um centro de assistência social e uma creche com a denominação de "Bom Samaritano", na vila periférica de Curitiba superpovoada, conhecida como Pinhais, à rua 24 de maio nº 725. Nesta creche são recebidas diariamente neste semestre 160 crianças.

A Associação mantém ainda um asilo/casa de repouso, com belíssimas instalações, na rua João Dembinski, em Campo Comprido.

O espaço abriga atualmente 63 idosos podendo ser ampliado, já que há uma demanda reprimida de pelo menos 150 pedidos por semestre.

A Comunidade Evangélica Luterana existe, organizada oficialmente, desde os idos de 1863: são parte de seu patrimônio duas igrejas monumento do Setor Histórico da Capital, a Igreja de Cristo, da rua Inácio Lustosa, em estilo bávaro, e a Matriz do Redentor, na rua Trajano Reis esquina com a Carlos Cavalcanti, no velho "bairro dos alemães".

A Associação existe desde 1976 e sua finalidade de assistência social, obrigam esta Assembléia a supra-partidariamente reconhecer-lhe a "Utilidade Pública".

A documentação que se anexa encontra-se dentro das exigências da Lei nº 6994 de 1978, que disciplina a matéria.

Nestas condições, esperamos dos nobres Pares desta Augusta Casa, o devido apoio e conseqüente aprovação.

**PROJETO DE LEI Nº 231/88**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha - APROMOCARF.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) RAUL LOPES

**PROJETO DE LEI Nº 232/88**

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Amparo às Pessoas Idosas - WAJUN-KAI do Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Anibal Khury.

**JUSTIFICATIVA:**

Fundada em 15 de março de 1975 a Associação Paranaense de Amparo às Pessoas Idosas - WAJUN-KAI, com a finalidade exclusiva de dar amparo às pessoas idosas, independente da nacionalidade, raça ou credo.

Mantendo-se com a participação de seus sócios e pessoas interessadas em contribuir para a existência da instituição, imbuídas da mesma idéia que é dar assistência e abrigo à velhice.

Toda a doação é de fundo benemerente aplicada inteiramente aos assistidos da Associação. Foi outorgada a Associação Pa-



paranaense de Amparo às Pessoas Idosas "WAJUN-KAI", o título de Utilidade Pública, pelo Município de Maringá, em 23 de março de 1979. Para concretizar as aspirações da Associação e preenchendo todos os requisitos que exige a Lei nº 6.994 de 10 de janeiro 1978, seja reconhecida a Associação como de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

Os objetivos da Associação Paranaense de Amparo às Pessoas Idosas "WAJUN-KAI" estão sendo alcançados, e cumprindo as suas finalidades, dando abrigo, lazer e toda a atenção que o idoso merece.

Sua receita aplicada inteiramente às causas da Associação, graças aos esforços dispendidos pelos membros de sua diretoria e a contribuição de colaboradores que desinteressadamente prestam sua participação às causas da Associação.

PROJETO DE LEI Nº 233/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Libertação de Vidas em Apucarana - ALVA", com sede e foro no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Libertação de Vidas em Apucarana - ALVA", fundada em 15 de novembro de 1977, é uma entidade que se inspira nos princípios cristãos de solidariedade humana, tendo um caráter essencialmente filantrópico, buscando proteger e integrar pessoas de qualquer raça, cor ou credo religioso. De modo especial, ela volta o seu atendimento para o jovem viciado ou tóxico-mano.

A medida que estamos propondo, além de um justo reconhecimento ao trabalho que a referida entidade vem desenvolvendo, é um apoio efetivo às suas atividades, ampliando as suas possibilidades de obtenção de recursos.

Conforme documentação em anexo, comprova-se que a entidade atende ao disposto na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978. Confiamos, portanto, contar com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 234/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. José Hosken de Novaes.

Art. 2º - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 09.08.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. José Hosken de Novaes, brilhante advogado da Cidade de Londrina, nasceu em Carangola, Minas Gerais, tendo vindo ao Paraná em 1942.

Durante sua vida pública assumiu diversos cargos de relevo, entre eles o de Procurador Geral do Estado, Secretário da Fazenda, Procurador da Prefeitura de Londrina, tendo sido, também seu Prefeito Municipal e Professor universitário.

Em 15 de março de 1979, assumiu o cargo de Vice-Governador do Paraná e culminando por exercer o cargo de Governador do Estado.

Durante toda sua trajetória, seja na vida profissional, social ou política, o Dr. José Hosken de Novaes primou seu comportamento pela seriedade, honestidade e simplicidade, despojando-se integralmente das benesses do poder.

Imprimiu, em todos os cargos ocupados o dinamismo peculiar dos homens idealistas, a certeza dos corretos, a honestidade e a probidade dos sérios e o zelo pelos dinheiros públicos dos patriotas.

De uma conduta irrepreensível e de modestia e simplicidade e toda prova, marcou suas atuações tão indelévelmente na história do Estado que não poderia deixar de ser merecedor de homenagem como a ora proposta.

Para demonstrar, ainda que desnecessário, o grande brilho do Dr. José Hosken de Novaes, anexamos ao presente projeto seus traços biográficos e algumas das centenas de publicações a respeito de seu grande caráter.

Passamos ao Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, candidato do PDT à Prefeitura de Curitiba, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero saudar o Presidente desta Casa, que retornou do Exterior e com muito fôlego, com muita vontade, com muita disposição, retorna aos trabalhos e que, a menção que fez neste momento, ao anunciar a minha presença na tribuna, o faça também, pelos bairros desta Cidade, que tenho certeza, estará recomendando um bom candidato à população curitibana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna para, mais uma vez, tocar num assunto bastante delicado, um problema sério que enfrenta a população do bairro de Campo Comprido.

Ontem à noite, no primeiro dia, da campanha que fazemos rumo à prefeitura, porque os primeiros passos pela Cidade estamos dando já há muito tempo, mesmo antes de sermos eleitos vereadores. Não paramos de percorrer as ruas, os bairros, enfim a periferia curitibana, e por isto, talvez, de todos os candidatos postulantes ao cargo de Prefeito em Curitiba, seja eu aquele que mais se identifica com a população e com problemas da cidade sendo assim, estivemos ontem, no Conjunto Tiradentes, no Conjunto Prata, no Conjunto Eucaliptos, fazendo uma série de visitas, tão logo terminou a sessão da Assembléia Legislativa.

À noite, junto a comunidade de Campo Comprido e da Sociedade Recreativa, estivemos ouvindo os seus apelos e o mais importante que fez a comunidade dizia respeito ao Centro de Formação de Menores, que foi nesta Casa, inclusive, objeto de comentários e denúncias no ano retrasado, se não estou enganado, assim que assumimos o nosso posto aqui na Assembléia Legislativa; porque na época, era diretor daquela Casa, o professor Teófilo Bach, e diante de várias denúncias de irregularidades ocorridas naquele Centro, o Governo tomou a medida de afastar o professor Teófilo Bach.

E, desde a saída do professor Norberto que bem conhece o Deputado Rafael Greca o seu trabalho extraordinário realizado; desde a sua saída motivada por perseguição política, porque assim que mudou o Governo do Paraná houve mudanças nas direções de vários órgãos no Estado e o Senhor Norberto foi uma das vítimas. O seu trabalho extraordinário feito à frente do Centro de Formação de Menores de Campo Comprido era, realmente, elogiável. E daquela época para cá, houve uma deterioração do Centro e, por isso, agora, problemas seriíssimos com a comunidade, estão acontecendo como, por exemplo, a saída constante dos menores durante o dia e durante a noite e um aumento da criminalidade naquela região, principalmente, roubos e assaltos e até mesmo violência sexual.

Por isso, eu trouxe ontem, um abaixo-assinado com aproximadamente 400 (quatrocentas) assinaturas que encaminharei com fotocópia ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Rubens Bueno, e encaminharei também ao Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, Deputado Raul Lopes, para que, também, tome conhecimento do que está acontecendo com os menores do Centro de Formação Profissional de Campo Comprido. A comunidade está bastante apreensiva e pede providências e nós precisamos, evidentemente, dar uma resposta a esta comunidade

do que está acontecendo no bairro de Campo Comprido.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhores Deputados.

Eu acabo de vir de um programa do nosso querido companheiro, Deputado Luiz Carlos Alborghetti e senti a necessidade de estar nesse programa, pedindo uma oportunidade para fazer um esclarecimento, porque no programa de sábado próximo passado denominado "Cara a Cara", o comandante da Polícia Militar havia colocado dúvidas sobre o que eu havia dito nesta Assembléia sobre o comportamento do comandante da guarda do batalhão do tráfego, onde está preso aquele subtenente da Polícia Militar.

Não quero contestar a prisão dele, que fez por merecer, pois ele fez algumas críticas ao Governo do Estado. Era uma prisão disciplinar, nada impedia que eu, o advogado, e o jornalista, qualquer pessoa do povo, os seus familiares, pudessem ouvi-lo, não existe absolutamente nada em contrário. Não é um bandido de alta periculosidade, não é um terrorista ou um subversivo. Estamos vivendo num regime democrático e como tal não há razão para que assim se proceda. E o nosso Governo está voltando às origens, às nossas bases para que possamos assim, então, viver num Brasil novo, moderno.

Mas, fiquei surpreso ao ser cerceado e estamparam a minha frente um tempo de dez minutos, quando eu deveria ouvir e, em seguida, me afastar. Disse ele que nesse programa do companheiro Luiz Carlos Alborghetti que eu estava faltando com a verdade, com a verdade quer dizer estar mentindo. Eu não menti, meus queridos companheiros, quando tornei público e os companheiros, através da Mesa avocaram para si a necessidade de tomar alguma providência em forma de consulta ao Secretário de Estado de Segurança Pública. De sorte que neste programa que acabei de fazer eu esclareci à comunidade e aqui eu quero esclarecer a vocês, companheiros, e em ato contínuo ainda, torno público que tomei conhecimento, quando os familiares e outros oficiais, companheiros de caserna, de igual posto, foram cerceados também e continuam até a data de hoje cerceados.

Está incomunicável como se fosse um bandido de alta periculosidade, companheiros, e está aí o testemunho de todas essas pessoas, de cinco outros oficiais que se encontravam comigo e motivo pelo qual ocu-

po esta tribuna para tornar público o que aconteceu.

Não há, então, outra versão que não seja o que eu estou a lhes dizer porque sábado ainda no Jornal Folha de Londrina, ele, Comandante Geral, até admitia que, naturalmente, teria ficado por conta do oficial de dia, que inibido, e constrangido, procurava encontrar nas palavras a resposta para lhe dizer: "Olha, lamentavelmente, eu não posso". Era isso o que eu tinha a lhes dizer.

Foi verdade, fui cerceado e espero como é natural, a resposta do Secretário de Estado da Segurança ao documento que esta Casa, na pessoa do seu Presidente, em exercício naquela sessão, o Deputado Anibal Khury, encaminhou para que tenhamos uma resposta.

Era o que eu tinha a lhes dizer, companheiros, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli. (Ausente).

Estando ausente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT, se fará uso do seu tempo. (Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O noticiário do último final de semana, fez crer aos paranaenses que nós vivemos no melhor dos mundos, porque no dia seguinte da prisão do subtenente José Carlos Jerônimo, que motivou o atrito do Deputado Raul Lopes, com o Comandante da Polícia, as televisões e os jornais do Paraná mostraram um desfile de modas, na Academia Militar do Guatupê, onde os Comandantes da Polícia e as autoridades públicas escolhiam o novo fardamento da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Nos informaram os jornais que se decidiu pela moda clara, que a Polícia Militar do Paraná, em meio as reivindicações salariais escolheu retornar ao uniforme de cor caqui.

Eu quero sugerir ao Governador Álvaro

Dias, que não incinere os uniformes azuis da Polícia Militar do Estado, que os faça distribuir, quem sabe via programa do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para os pobres do Paraná, porque aí nós vamos poder ver o exército dos miseráveis, todos iguais, todos vestidos de azul, todos de azul, fardados, porque a Polícia, ora, a Polícia se vai vestir de novo de cor caqui.

É interessante essa divagação para o terreno da moda e dos costumes sofisticados do Comando da Polícia do Estado, quando existe uma reivindicação salarial tão grave.

O equivalente seria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Prefeito de Curitiba enfrentar uma greve de motoristas e de cobradores de ônibus e pedir ao seu Chefe de Gabinete que providenciasse um desfile de modas para escolher o novo figurino dos motoristas e dos cobradores, quem sabe trocar o uniforme amarelo, por outro vermelho ou alaranjado, assim fez a nossa Polícia, a velha política do avestruz, enterrar a cabeça na areia e deixar de fora o "bumbum", enterrar a cabeça na areia e fingir de conta que não se enxerga nada. Vai preso o nosso companheiro Jerônimo, e diziam os primeiros comunicados, preso in-comunicável...

O Sr. Raul Lopes - Deputado eu me inscrevo para um aparte.

O SR. RAFAEL GRECA - ... os Deputados não podem visitá-lo, os familiares se atemorizam, os subtenentes e os sargentos tentam contratar advogado para defendê-lo.

Esta aí uma crise grave, porque há uma inflação de 24%, há um aumento insignificante da parte do Governador, de apenas 16%, há o maior arrocho salarial da história e o Governo do Paraná? Ora, o Governo do Paraná troca a cor do uniforme dos seus policiais e promove o desfile de modas para eleger qual seria o fardamento mais adequado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, além do desfile de modas, além da cor do fardamento, nós precisamos discutir questões essenciais, parece agora que o Partido do Poder se quer livrar do apoio que deu ao Presidente José Sarney ao prorrogamento do seu mandato, parece agora que o partido do poder quer enfrentar as eleições, dizendo que não tem nada a ver com o Governo Federal, que não tem nada a ver com o PMDB dos muitos Ministros, que não tem nada a ver com o núcleo central de poder que está entregando este País através do leilão dos títulos da dívida pública, que tem entregue este País constantemente. Parece agora que governar o Paraná é apenas escolher o novo fardamento da Polícia. Trocar o uni-

forme azul pelo uniforme de cor cáqui. Tem o Deputado Raul Lopes o aparte.

O Sr. Raul Lopes - Deputado Rafael Greca, eu só queria fazer uma ressalva e justiça seja feita. Que a mudança desse uniforme não se houve no Governo Álvaro Dias.

Lamentavelmente ocorreu no Governo passado. Quando o Governador Álvaro Dias assumiu, tudo já estava praticamente consumado. Não poderia, ele evidentemente, pelos custos que foram feitos, tornar tudo sem efeito e reverter a situação.

Eu soube que o Governador reagiu, tentou reverter a situação, mas praticamente não era mais possível.

Eu só quero fazer esta observação, porque sinceramente, com tudo o que tenho colocado com certa veemência, com relação a situação atual da segurança do Paraná, nesta questão o Governador Álvaro Dias não é culpado.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Raul Lopes, em todo caso é muito interessante que o serviço de relações públicas da polícia na mesma semana da prisão do subtenente Jerônimo, aliás, prisão injustificável no nosso ponto de vista, porque não vemos no que o subtenente Jerônimo pudesse ameaçar a integridade física do Governador ou a disciplina da Polícia do Estado, reivindicando um salário mais digno. Mas é muito interessante que o serviço de relações públicas da Polícia tenha partido para esta linha, divulgar o desfile de modas da troca de fardamento, da retomada do uniforme que desde 1912 é o da Polícia, num momento tão grave, pois a sociedade meio que se assustou com esta contraposição entre a violência da reivindicação salarial, ante a impropriedade da troca dos fardamentos e ante a frivolidade do desfile de modas realizado na Academia Militar do Guatupê.

Como disse, seria o equivalente a se anunciar um desfile de modas de cobradores e motoristas de ônibus no mesmo dia de uma greve iminente na Cidade de Curitiba.

Em todo o caso eu aceito o seu aparte, eu entendo que há uma determinação do exército para que se troque o fardamento da Polícia, mas eu digo aqui desta tribuna, é mais um desses desperdícios que fazem neste País, de tanta fartura, o País mais miserável do mundo hoje, porque de nós sonham, inclusive, as esperanças.

O Sr. Raul Lopes - Deputado Rafael, permita-me mais um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Ainda uma vez, Deputado Raul Lopes, antes de lhe dar um contra-afarte, eu quero dizer o seguinte:

quanto a greve dos professores que está em curso, quero lembrar desta tribuna, que um Deputado jovem, vibrante, que hoje é Governador do Paraná. Dizia o seguinte Sua Excelência ao tempo em que era Governador o Sr. Jaime Canet Júnior: "Quem não luta por seus direitos é porque não tem direitos. A greve é o legítimo instrumento dos trabalhadores na reivindicação dos seus melhores salários".

Interessante porque estas duas frases do Deputado Álvaro Dias nos fazem lembrar o ditado popular, não sei se ele vale para o atual Governador, os funcionários podem, talvez, confirmar ou contradizer o ditado que diz que quem quer conhecer um vilão deve dar-lhe na mão um bastão. Tenha o Governador na mão o bastão do poder e hoje já não acha que a greve é o legítimo instrumento dos trabalhadores na reivindicação dos melhores salários e tem usado a televisão de maneira abusiva, com uma propaganda discutível porque é mentirosa, pois dizer que um professor vai ganhar 160 mil cruzados é extremamente leviano do ponto de vista da seriedade do magistério, porque um professor precisa trabalhar mais do que as 4 horas que está na sala de aula. Ele precisa preparar a sua aula. Ele precisa corrigir os cadernos.

Então, uma jornada dupla de trabalho de um professor pode acontecer, é difícil de acontecer, mas não é necessariamente feita porque os professores não são mercedores, senão semeadores do futuro.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Investir de maneira abrupta e massiva na mídia, contra os professores e a sua reivindicação salarial da forma como está se fazendo, tentando usar a luta de classes e tentando colocar os professores como nababos, é extremamente hipócrita.

Eu queria dar o aparte para o Deputado Raul Lopes depois para o Deputado Nestor Baptista, mas o tempo me foge.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Arribelli) Consulto a Liderança do Partido Liberal se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Anteontem Curitiba viveu mais um dia de democracia. Vários partidos realizaram suas convenções e escolheram seus candidatos à Prefeitura, entre os quais o nobre Deputado Algaci Túlio do Partido Democrático Trabalhista.

Tive a honra de ser indicado candidato

a prefeito pelo Partido Liberal, juntamente com o Vereador Jeferson Vanderlei para concorrer no dia 15 de novembro. Tenho que confessar que fui surpreendido, pois não pleiteava concorrer a tal cargo, mas sou um militante partidário e, como tal, não pude me furtar as decisões de representativo número de correligionários.

Fui informado às vésperas da convenção que havia sido indicado por 12 Vereadores para disputar a convenção de anteontem. Quando soube, a chapa já estava registrada no partido e um significativo segmento do PL já estava confiando que aceitaria a colocação do meu nome como uma opção. Fui à convenção e declarei que precisaria de tempo para analisar o convite muito honroso, por sinal. Propus, entretanto, que fossem discutidas formas de consenso junto aos convencionais, mas finalmente recebi a confirmação do meu nome para concorrer à Prefeitura de Curitiba.

O que mais me honra, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a certeza de que a disputa teve como base os melhores princípios da democracia. O resultado apresentado anteontem, dando metade mais um dos votos válidos em favor da candidatura deste Deputado e do Vereador Jeferson Vanderlei, é o reflexo claro de que o Partido Liberal faz jus ao nome que tem. O partido demonstra que tem personalidade, apesar de ser ainda jovem.

O lançamento do meu nome não me envaldece, nem serve como promoção pessoal. O momento agora é para analisar o que seria melhor para o partido e para Curitiba. Minha candidatura é fruto da vontade dos companheiros de partido. O que precisamos saber é o que pretende o PL como um todo para que os liberais autênticos que ali militam compareçam unidos às urnas no próximo dia 15 de novembro.

Uma das alternativas aprovadas por todos os convencionais foi a possibilidade de se realizarem coligações, um caminho que poderá levar à soma de esforços com possibilidade de tornar mais forte a candidatura de outro partido que se identifique com a doutrina do PL. Outro caminho também da coligação é a demonstração de força do Partido Liberal recebendo apoio de agremiações afins, indo às urnas confiantes do nosso potencial comum.

As alternativas são válidas e o nosso desejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é corresponder às expectativas daqueles que demonstraram confiança em nosso nome.

A opinião das bases partidárias e de simpatizantes do Partido Liberal é fundamental. Por isso, nestes dias, estou a disposição - tanto dos candidatos ao cargo de Vereador do Partido Liberal, como de partidos que têm se identificado conosco,

como de amigos, de companheiros para receber as sugestões, as opiniões a fim de que possamos, até o final da semana, conforme disse - durante a Convenção, dar a minha decisão final. Tomada a decisão, ou concorreremos até o final, dispostos ao que der e vier ou, entregarei ao Partido a questão, para que o decida, dentro do prazo que a Lei permite, qual a alternativa mais adequada dentre as que se apresentam: lançar outro candidato ou entrar em coligação. De qualquer maneira, se verificada a viabilidade da minha candidatura, certamente, serei um batalhador incansável para que cheguem aos eleitores, as propostas do Partido Liberal que, acredito, estão em sintonia com as autênticas aspirações do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulta a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Declina. Havendo declinado, passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 35 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo



distribuído aos Senhores Deputados:

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 379/87, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Amélia Hruschka, que declara de Utilidade Pública o CAPÍTULO ÁGUA VERDE-AMORC, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO.

Em votação a emenda. Aprovada.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 372/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Nelson Comel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 377/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL CENTRO FILOSÓFICO DELFOS, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 15/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que institui o Dia do Teólogo a ser comemorado a cada ano no dia 30 do mês de novembro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. Em votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encaminhar a votação.

Estamos votando em 2.ª Discussão, o Projeto de Lei que institui o Dia do Teólogo, a ser comemorado a cada ano, no dia 30 do mês de novembro.

A despeito da respeitabilidade que merece o teólogo como estudioso das causas teístas e do respeito que merece o autor da iniciativa, procurei na justificativa a razão de se definir o dia 30 de novembro como o Dia do Teólogo. Na verdade, parece-me que aleatoriamente se escolheu um dia para definir a comemoração do Dia do Teólogo. De mais a mais, nós vamos definir em Lei que o Estado do Paraná comemora o Dia do Teólogo no dia 30 de novembro de cada ano. E os demais Estados? Como ficam? Cada estado terá, por iniciativa de cada Deputado e a seu bel prazer, que escolher um dia do ano para comemorar o Dia do Teólogo? Qual o sentido, pois, dessa iniciativa, isoladamente no Estado do Paraná?

Por falta de uma justificativa mais aprofundada, e pela razão invocada de que não se fará uma comemoração unânime, isto

é, de conceituação nacional, eu quero manifestar a minha posição contrária ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu acompanho o pensamento do Deputado Nereu Carlos Massignan. Seria interessante que nós pudéssemos fazer com que coincida no mesmo dia, senão, o que disse o Deputado Nereu Carlos Massignan tem todo o fundamento. Por isso também fico bastante preocupado com isso.

Gostaria de consultar o Deputado Ezequias Losso. Nós queremos aprovar o seu projeto, apenas existe a preocupação de que o Paraná comemore o Dia do Teólogo, no dia 30 de novembro, um Estado num outro dia e outro Estado em outro dia. Se a nível federal já existe o dia, gostaria que o Deputado se pronunciasse para que nós pudéssemos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, esclarecendo a colocação do Deputado Algaci Túlio, pelo menos, este dia já é consagrado como o Dia do Teólogo. Existe Lei Estadual nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - continua em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 72/88, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que proíbe a realização de provas do tipo "Rally" ou competições automobilísticas (lacto sensu) nas Estradas Estaduais. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação a emenda. Aprovada.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 73/88, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS VEREADORES DO NORTE PIONEIRO, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 44/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 39/87), objetivando a extinção de 8.303 (oito mil trezentos e três) cargos de provimento efetivo da Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, criados pela Lei n° 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e constantes dos grupos ocupacionais nela previstos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.R.H., por unanimidade e da C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vem o presente projeto de lei, propor a extinção de 8 mil e 303 cargos de Provisão do Quadro Permanente do Poder Executivo. E os números que acompanham a mensagem do Governador, falam de uma economia de 19 milhões de cruzados mensais em valores do ano passado - e eu acho, ainda, da ilusão do Plano Cruzado -, hoje, com certeza, esses 8 mil cargos dariam uma economia muito maior se todos estivessem preenchidos.

É interessante ressaltar e lembrar à Assembleia Legislativa, de que esta extinção deve ser autorizada no sentido da economia da máquina governamental, do enxugamento da máquina administrativa desde que ele não cause nenhuma demissão, que os cargos estejam todos desocupados, efetivamente desocupados.

Eu só teria uma observação a fazer, e eu vou fazer dessa observação, uma emenda amanhã.

No meu entendimento, não se devem extinguir os cargos de bibliotecária ou bibliotecário desse Quadro Geral do Poder Executivo do Estado, porque, quem frequenta a Biblioteca Pública do Paraná, saberá que ela está crucificando as abnegadas senhoras e senhores que lá atendem ao público e todo o serviço da biblioteca está na mão de não mais que meia dúzia de pessoas e essa biblioteca não tem a mínima condição de ser ampliada.

Então, como o Secretário de Estado da Cultura prevê a ampliação da Biblioteca Pública do Paraná, no seu programa de obras, se ele vai prever a ampliação do espaço físico da biblioteca devem também permanecer os cargos de bibliotecários para que possa, a biblioteca, ser devidamente povoada e o acervo cultural do Estado devidamente guardado.

Eu farei uma emenda amanhã porque eu já vi que obteve desaprovação do Deputado Nestor Baptista. Mas essa emenda será trazida a plenário, talvez não suprimindo, talvez não precisemos dos 40 cargos de bibliotecários, mas eu acho que o Estado não deve fechar a possibilidade de expansão da Biblioteca Pública do Estado, ainda mais quando no Orçamento do ano que vem vai-se votar uma verba para aumentar a Biblioteca Pública do Estado. Não dá para se fazer mais andares e pedir às pessoas que tenham o prodígio que tinha Santo Antônio, segundo a velha tradição católica, isto é, o dom da obediência, de estar em dois lugares ao mesmo tempo. Não podem, as bibliotecárias da Biblioteca Pública do Paraná se multiplicar, estar em dois andares ao mesmo tempo. Portanto, esta extinção, esta economia é perfeitamente justificável, mas no caso do cargo de bibliotecárias não é justificável, é um desserviço ao Estado e eu acho que a Assembleia deve prestar atenção nisto. Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 131/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor Sidney Lima Santos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 40 de 12.05.88).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 131/88

I - De autoria do Deputado Antônio Belinati, o presente projeto pretende homenagear o Professor SIDNEY LIMA SANTOS, com o título de Cidadão Honorário do Paraná.

II - Apresentou vasto currículo, onde vemos detalhado toda a vida militar, profissional e acadêmica do referido cidadão.

III - O projeto está em termos e coadunado com a legislação em vigor, nada obstando sua aprovação.

Parecer favorável, SMJ.

Sala das Comissões, em 31.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/88, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que declara de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA IZABEL D'OESTE, com

sede e foro no Município de Santa Izabel D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 41, de 16.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 134/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel D'Oeste, com sede e foro no Município de Santa Izabel D'Oeste.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1984, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e prestando serviços culturais e artísticos, promovendo a fraternidade humana.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça, que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

§ o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.88.

(Ass) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator.

Sobre a mesa, requerimento de n° 66, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 71, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 72, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 74, de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 80, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 83, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 92, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de n° 79, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 54, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 64, de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 50, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Antonio Setti e Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 51, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Antonio Setti e Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 52, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 46, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 47, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 48, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)

Sr. Presidente, o Pedido de Informação do Deputado Pedro Tonelli chega a esta Casa exatamente no instante em que a Assembléia Legislativa começa a votar o Projeto de Lei n° 44/87.

Obviamente, pela boa ética parlamentar, nós teríamos que tirar de pauta até termos uma resposta à dúvida do Deputado, para que ele pudesse votar conscientemente. No entanto, achamos que é possível se responder o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, mesmo porque foi amplamente divulgado durante a iniciativa governamental de mandar o projeto à Assembléia, as razões que expunha como solicitar a extinção dos cargos vagos.

O Deputado pergunta se os cargos a serem extintos pelo Projeto de Lei n° 44/87 estão vagos ou ocupados. Nós todos sabemos, a imprensa noticiou, que estes cargos estão vagos. Não estão, portanto, preenchidos.

Por esta razão, a segunda pergunta do Deputado fica prejudicada. E a nossa Lide-

rança teve a preocupação de buscar uma informação que teria que ser mais precisa, quanto à proporcionalidade de habitantes para funcionários, no Estado do Paraná. Nós queremos informar que em 1983, o Paraná tinha uma população de 8 milhões, 97 mil e 447 habitantes para 86 mil, 649 funcionários, o que dá uma proporção de 93 habitantes por funcionário. Em 1988, esta média, esta performance do Estado está melhorada, porque temos 9 milhões, 41 mil e 867 habitantes para 89 mil e 778 funcionários, o que dá 111 habitantes por funcionário.

Como as respostas do requerimento do Deputado estão profundamente conhecidas de todo este Parlamento até a colocação do Deputado Rafael Greca, no sentido contrário, de proteger alguns cargos pela sua não extinção, nós damos neste encaminhamento a resposta, porque a Bancada do PMDB, pela inutilidade do requerimento neste instante, votará contra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está em votação o requerimento. - Rejeitado.

Requerimento de nº 49, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 93, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 55, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 56, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 60, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 61, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 67, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 68, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 69, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Rejeitado.

Requerimento de nº 73, de autoria do

Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 75, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 77, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 81, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 82, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 84, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 85, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 86, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 87, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 88, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 90, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 91, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 94, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 53, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 25, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em Explicações Pessoais, concedo a pala-

ura ao Sr. Deputado Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No final da semana, recebemos as informações de que algumas famílias de sem-terras havia invadido algumas áreas do Paraná.

As informações que nos chegavam de Apucarana, era de que as famílias teriam invadido as áreas de Bituruna, Roncador, Prudentópolis e Quedas do Iguaçu.

Nas áreas de Bituruna a polícia lá compareceu, ou melhor, a polícia já estava na Fazenda Bettega, à disposição dos proprietários para reprimir e expulsar os invasores, o que fez prontamente! Em Roncador, ainda gera um clima de aflição, porque a ameaça de despejo é permanente.

Nós queremos dizer que as lideranças que influenciaram o povo a acreditar na Reforma Agrária, não são as lideranças que estão ausentes do processo político deste País. Quem influenciou o povo a esperar e acreditar na Reforma Agrária, não foi Karl Marx, não foi Pedro Tonelli, o nosso Deputado do PT, não foi Klaus Germer, que falou também pela reforma agrária. Quem falou sobre reforma agrária foi o Papa João Paulo II, quando esteve aqui no Brasil, e falou a todos os cantos e a todos os povos que habitam esta terra que era necessário fazer a reforma agrária.

Quem falou em reforma agrária, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi o Presidente Tancredo Neves, e falou que seria preciso se fazer um processo de distribuição de terras aos trabalhadores sem-terras, deste País.

Quem falou em reforma agrária foi o Presidente José Sarney, que anunciou a todos os cantos desta Nação o processo de iniciação do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Quem falou em reforma agrária, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a maioria dos nossos companheiros do PMDB espalhados por todo o canto deste Estado e deste País, durante as eleições de 1986: nas praças, nas ruas, nos palanques, se falou em reforma agrária. Deu-se então, uma esperança e um alento ao povo, para que se fizesse realmente a reforma agrária no País.

A falta de sensibilidade de alguns setores do nosso próprio Partido, a falta de apoio decisivo do Governo que anunciou o programa, tem retardado a implantação de reforma agrária no País, e isto vem criando uma desconfiança e vem levando os nossos trabalhadores sem-terras ao desespero, ao ponto de praticarem invasões.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer aqui um relato sobre uma

das áreas de terra que está invadida, a área de Prudentópolis, na divisa com o Município de Inácio Martins. Esta área de terras, invadida por 1.300 famílias de sem-terras, do Sudoeste do Paraná, é uma área de terras que deve ter aproximadamente 10 mil hectares de terras, sob o domínio de uma empresa paulista chamada TERPLAN.

A TERPLAN vem demandando com o Estado, que já ganhou uma vez na instância inicial de Prudentópolis em uma ação discriminatória, porque a TERPLAN, na verdade, tem documentos frios e mantém posse dessa área através de documentos frios. A TERPLAN para poder conseguir a posse desta fazenda matou posseiros, matou proprietários que lá moravam, criou e gerou um clima de verdadeira guerra de 30 anos para cá. E com isso ela vem querendo se manter proprietária desse pedaço de chão.

E, no entanto, não houve o despejo pronto da TERPLAN como houve despejo dos sem-terras quando invadem propriedades.

Nós, há pouco, falávamos com a Deputada Vera Agibert, e ela nos confirmava que, realmente, a TERPLAN tomou essa terra dos posseiros e dos pequenos proprietários que lá moravam e criavam suas famílias, trabalhando para ganhar o pão de cada dia; que a TERPLAN matou e fez correr naquele pedaço de chão de Prudentópolis, o sangue do trabalhador rural brasileiro.

E eu espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não encontre a polícia, que não encontre o Poder Judiciário, subterfúgios para derrubar as casas que os posseiros novos, os sem-terras, estão construindo.

Porque, se a TERPLAN não foi colocada para fora de lá, ela que invadiu as terras devolutas de domínio do Estado, se a TERPLAN não foi despejada, também não se pode despejar os trabalhadores sem-terras. São quase duas mil famílias, com mais de 10 mil pessoas, já começando a trabalhar para plantar e para buscar com o seu trabalho, o sustento da sua família.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos admitir que enquanto se tem uma área de terras ociosa, com mais de 10 mil hectares, tomada dos trabalhadores, dos posseiros e dos pequenos proprietários à bala, como fez a TERPLAN, e que agora ainda vem querer defender o despejo dessas famílias que para lá rumaram e que estão começando a buscar um novo caminho e um novo lugar para viver.

Como Presidente da Comissão de Terras e Reforma Agrária da Assembleia, eu quero deixar aqui um alerta a todos os companheiros que nós, nas praças, nas ruas e nos palanques, fizemos um discurso pelo social e pelas reformas; temos que sustentar aqui esse discurso, porque senão real-



mente estaremos chegando à beira do caos.

Muito obrigado pela atenção e muito obrigado, Deputada Vera Agibert, pelas informações que a senhora nos prestou.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 379, 372 e 377/87, 15, 72 e 73/88.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 44/87, 131 e 134/88.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 146/87 e 270/88.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 179/88.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 71/84, 245/86 e 103/87.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 359/87, 36, 85, 89 e 92/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE AGOSTO DE 1988.

"Pato Branco, 04 de agosto de 1988.

Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr.

ÁLVARO DIAS

DD. Governador do Estado do Paraná

Em mãos.

Senhor Governador.

O Ensino Público e Gratuito no Paraná avançou significativamente na sua gestão. Haja vista que, sensibilizado com as reivindicações dos estudantes paranaenses e, compreendendo a importância do investimento público em educação, seu governo instituiu a gratuidade nas universidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel.

No entanto, Governador, contrastando com essas regiões que já dispõem de ampla estrutura universitária, a Região Sudoeste engatinha. Embora com grande representatividade econômica e política no Estado, não dispomos ainda de uma Universidade. Aqui, o ensino superior continua sendo custeado pelos municípios, com os estudantes arcando com pesadas mensalidades, além de despesas com transporte, livros, etc., que tornam o custo do ensino proibitivo para a maioria dos acadêmicos.

Assim, Governador, nós, acadêmicos do Sudoeste, entendemos que a criação de uma universidade pública e gratuita na região, a UNIVERSIDADE DO SUDOESTE é urgente, e faz jus a comunidade sudoestina. Projeto de lei neste sentido foi apresentado à Assembleia Legislativa do Estado, por Deputados da região, necessitando apenas de sua apreciação e aprovação.

Compreendemos que algumas dificuldades políticas e administrativas devem ser enfrentadas até sua efetivação, porém, medidas visando aliviar os estudantes do pesado fardo de custear seus estudos, poderão ser adotadas.

Propomos que o Estado assuma parcela paga pelos estudantes às faculdades de Pato Branco, Francisco Beltrão e Palmas ainda no corrente ano. A medida, de grande repercussão social, representaria um grande marco no seu governo, que passaria para a história como o que mais investiu no ensino superior do Paraná.

Certos da justeza de nossas reivindicações, assinamos este documento em nome dos oito mil acadêmicos do Sudoeste, que aguardam vosso pronunciamento.

(aa) Diretório Acadêmico da FUNESP

Pato Branco - PR

Diretório Acadêmico da Fac. Palmas

Palmas - PR

Diretório Acadêmico da FACIBEL

Francisco Beltrão - PR

Diretório Acadêmico da FAFI

Palmas - PR."